



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9GSAWQKtJm2A&chave2=Ug8cwsph_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 26927536825-LEONARDO ALMEIDA BYRO| 27928592886-GUILHERME FONSECA GOUJART

CREMER S.A.

CNPJ/ME nº 82.641.325/0001-18

NIRE 42.300.016.438

ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2020

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **CREMER S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado que se rege pelo presente Estatuto Social e pela e pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme modificações posteriores (“LSA”).

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Iguaçu, nº 291/363, Itoupava Seca, CEP 89030-030.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a exploração da indústria e do comércio de produtos para saúde, instrumentos, equipamentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalares e de laboratórios, produtos têxteis (tecidos e não tecidos), adesivos cirúrgicos e fitas adesivas industriais, cosméticos, de perfumaria e higiene e limpeza, comércio de medicamentos, de saneantes e de produtos de uso veterinário, produtos alimentícios em geral, de papelaria e de escritório, além de atividades florestais, agropastoris, de informática, imobiliárias (administração, aluguel, compra e venda de bens imóveis próprios), e de prestação de serviços, bem como deter participação em outras sociedades.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E ACIONISTAS

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$116.580.385,50 (cento e dezesseis milhões, quinhentos e oitenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos) divididos em 32.010.060 (trinta e dois milhões, dez mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020



Parágrafo 1º – Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo 2º – As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º – Mediante a aprovação prévia da Assembleia Geral, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme decidido pela Assembleia Geral, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da LSA e disposições aplicáveis.

Parágrafo 4º - É vedado à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

Artigo 6º - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da LSA.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 7º - A assembleia geral de acionistas (“Assembleia Geral”) realizar-se-á na sede da Companhia, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as disposições aplicáveis da lei e do Acordo de Acionistas.

Parágrafo 1º - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão convocadas pela diretoria da Companhia, ou, se os interesses sociais da Companhia assim exigirem, por qualquer de seus respectivos acionistas, mediante comunicação escrita enviada com, no mínimo 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização, juntamente com os documentos e demais materiais a serem discutidos na assembleia. Independentemente das formalidades referentes à convocação de assembleias gerais aqui previstas, será regular a assembleia geral a que comparecerem todos os Acionistas.

Parágrafo 2º - As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas (ressalvadas as hipóteses legais de quórum mais gravosos).



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

Parágrafo 3º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, observadas as restrições estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 8º - Sem prejuízo às outras matérias previstas em lei, a aprovação de qualquer das matérias abaixo está sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada de acordo com as orientações de voto proferidas pelo Conselho de Administração da CM Hospitalar S.A., nos termos do Acordo de Acionistas:

- (i) quaisquer alterações a este Estatuto Social;
- (ii) alteração do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social;
- (iii) aprovação de distribuição de dividendos em montante inferior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social;
- (iv) aprovação da avaliação de bens com que qualquer acionista concorrer para formação do capital social da Companhia, observada, ainda, a legislação em vigor;
- (v) transformação da Companhia em outro tipo societário;
- (vi) a participação em grupo de sociedades;
- (vii) a dissolução, liquidação e/ou extinção da Companhia, eleição dos liquidantes, julgamento de suas contas, bem como cessação do estado de liquidação da Companhia;
- (viii) autorização aos administradores para confessar falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidante;
- (ix) criação de novas classes ou espécies de ações de emissão da Companhia, extinção de qualquer classe de ações, alteração nos direitos, preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (x) decisões relacionadas à incorporação de certas sociedades, conforme especificadas no Acordo de Acionistas da Companhia.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

- (xi) fixação da remuneração anual global dos membros da administração da Companhia, exceto se referida remuneração global for determinada de acordo com parâmetros de mercado, com base em estudos realizados por consultoria independente;
- (xii) resgate, amortização, conversão, desdobramento ou grupamento de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (xiii) aprovação da destinação do lucro líquido e do orçamento de capital da Companhia, que deverá observar sempre o orçamento aprovado da Companhia;
- (xiv) qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, ou outra operação com efeitos similares, incluindo qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer de seus ativos (incluindo-se *drop down*) ou a absorção do acervo resultante de reorganização societária de qualquer sociedade pela Companhia, exceto (a) no caso de absorção do acervo resultante de reorganizações societárias envolvendo subsidiárias integrais da Companhia; e (b) nos demais casos previstos no Acordo de Acionistas;
- (xv) aumento ou redução do capital social da Companhia, com ou sem a emissão de novas ações, assim como a emissão de partes beneficiárias ou de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou quotas (inclusive de suas subsidiárias), incluindo bônus de subscrição, exceto em relação a (a) hipóteses previstas no Acordo de Acionistas; e (b) para realizar um Saneamento Financeiro. Para fins deste item, “Saneamento Financeiro” significa: significa o saneamento necessário em relação às obrigações correntes da Companhia, quando esta (i) não disponha de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações correntes; (ii) não consiga a obtenção de novos financiamentos e/ou linhas de crédito junto a terceiros, incluindo instituições financeiras, necessários à satisfação das suas obrigações correntes; ou (iii) não esteja cumprindo com *covenants* financeiros assumidos perante credores; observado que a chamada de capital para fazer frente a um Saneamento Financeiro deverá ser em montante suficiente para (1) reduzir o endividamento líquido da Companhia para um montante necessário para que a Companhia não descumpra nenhum *covenant* financeiro, cujo descumprimento configure um evento de vencimento antecipado de qualquer contrato ou compromisso financeiro da Companhia e suas subsidiárias; e/ou (2) fazer frente às necessidades de caixa da Companhia para os 6 (seis) meses subsequentes ao evento que ensejou o aumento de capital para fazer frente a um Saneamento Financeiro, conforme projeções e fluxo de caixa apresentados pela administração da Companhia, o que representar o menor valor de aporte entre os dois;
- (xvi) a aprovação da política de reinvestimentos da Companhia, da proposta da administração de destinação do lucro da Companhia, da declaração e fixação das condições de pagamento de quaisquer proventos aos acionistas pela Companhia, da constituição de reservas de capital ou de lucros pela Companhia, que sempre deverá observar o orçamento aprovado da Companhia; e



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

23/04/2020

(xvii) a adoção, estabelecimento, alteração ou modificação de qualquer plano, programa, contrato ou acordo de benefício para funcionários ou membros da administração da Companhia, que envolvam de qualquer forma direitos relacionados ao recebimento de lucros e/ou ações de emissão da Companhia por tais funcionários ou membros da administração, incluindo opções de compra de ações de emissão da Companhia, caso referidos planos de opções de compra de ações representem um percentual superior a 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia ou referidos benefícios resultem na distribuição de proventos superiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, no período a que se referirem;

(xviii) a contratação de qualquer operação que envolva atividades fora do objeto social da Companhia ou das suas subsidiárias, como estabelecido nos respectivos estatutos ou contratos sociais, conforme aplicável;

(xix) declaração ou distribuição de dividendos (exceto o obrigatório, que deverá corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do lucro líquido distribuível da Companhia, conforme calculado nos termos da lei) ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias;

(xx) o estabelecimento de qualquer obrigação sobre os ativos da Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal de seus negócios e não estabelecida no orçamento, ressalvadas as obrigações assumidas no âmbito de novos investimentos, aquisições ou associações realizadas pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias, observadas as demais limitações aqui previstas;

(xxi) a concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, exceto pela concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos para futuros aumentos de capital em favor de qualquer das subsidiárias;

(xxii) a aprovação da aquisição, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias, de suas próprias ações, quotas ou outros valores mobiliários de sua emissão e que não constitua uma operação com Partes Relacionadas;

(xxiii) investimentos, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, em novos negócios ou o estabelecimento de qualquer parceria, joint venture, associação ou aliança similar com terceiros, aquisição, promessa de aquisição, investimento ou promessa de investimento no capital social de qualquer outra pessoa jurídica, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, ou a constituição de ônus ou alienação de participação no capital social de qualquer sociedade, excetuados, em qualquer hipótese, os novos investimentos em Negócios Principais, incluindo, sem limitação,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

investimentos para a aquisição de participação no capital social de outras pessoas que explorem os Negócios Principais;

(xxiv) a aprovação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer investimento de capital (capex) não previsto no orçamento, que, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;

(xxv) a aprovação de contratação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de despesas, compras ou investimentos (excluído capex) não previstos no orçamento, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses, exceto pelas aquisições de produtos e/ou estoque realizadas no curso normal de seus negócios;

(xxvi) a venda ou alienação, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer ativo não circulante não previsto no orçamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 1% (um por cento) da receita bruta da Companhia no período de 12 (doze) meses;

(xxvii) a aprovação de qualquer participação em processos de licitação ou outros procedimentos de concorrência, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, cujo valor, de forma individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) no período de 12 (doze) meses;

(xxviii) a aprovação de qualquer operação de contratação de dívida (incluindo contratos financeiros, contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, extensão de crédito, financiamentos, arrendamentos mercantis ou leasing, *comprar*, *vender* e desconto de recebíveis), celebração de contrato ou negócio jurídico que resulte na assunção direta ou indireta de quaisquer obrigações (incluindo de passivos fiscais e/ou trabalhistas), pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias cujo valor, de forma individual ou agregada, seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

(xxix) a contratação de operações com partes relacionadas pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias;

(xxx) a modificação da política de remuneração e/ou da remuneração individual dos administradores da Companhia ou de suas subsidiárias, exceto se referida política de remuneração for determinada de acordo com parâmetros de mercado, com base em estudos realizados por consultoria independente;

(xxxi) manifestação sobre as contas anuais da diretoria, das demonstrações financeiras anuais auditadas pelo auditor independente, da proposta de retenção de lucros com base em orçamento de capital;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

23/04/2020

(xxxii) a aprovação e a alteração de política de planos de participação ou distribuição de lucros a administradores ou empregados da Companhia e das suas subsidiárias, incluindo bônus, distribuição de lucros, *phantom stock* e programas de incentivo à remuneração, caso referidos planos de participação ou distribuição de lucros incluam a outorga de opções de compra de ações da Companhia ou referidos benefícios resultem na distribuição de proventos superiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, no período a que se referirem;

(xxxiii) a eleição, substituição e destituição do auditor independente da Companhia ou de suas subsidiárias, observado o quanto disposto no Acordo de Acionistas;

(xxxiv) a aprovação do orçamento, bem como as eventuais alterações em relação ao orçamento aprovado e em vigor, sempre que os valores indicados no Orçamento ou nas eventuais alterações representem desvios superiores a 20% (vinte por cento) em relação aos valores previstos no Plano de Negócios, observado o quanto previsto no Acordo de Acionistas;

(xxxv) a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória, pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias a qualquer terceiro;

(xxxvi) a celebração de qualquer novo acordo de acionistas ou ajuste ou similar que envolva a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias;

(xxxvii) a celebração, pela Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias, de operações para prevenir ou pôr fim a litígios que representem valores superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xxxviii) a celebração, pela Companhia ou por qualquer das subsidiárias, de qualquer contrato que represente cessão ou transferência de tecnologia, *know how* e assistência técnica com terceiros, não contemplado no orçamento;

(xxxix) aprovação da contratação dos seguros para administradores, bem como seus termos e condições das respectivas apólices;

(xl) a aprovação para a outorga de mandato para representação da Companhia (a) perante qualquer instituição financeira (incluindo para movimentação de contas, investimentos ou desinvestimentos, emissão de cheques ou outros títulos, contratação de capital de giro, empréstimo ou outras dívidas); e/ou (b) para assunção de obrigações fora do curso normal dos negócios; e/ou (c) para cessão, transferência, oneração ou alienação de ativos (exceto com relação ao estoque no curso normal dos negócios da Companhia); e



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

(xli) aprovação do voto da Companhia, na qualidade de acionista, quotista ou participante das subsidiárias, associações ou joint ventures, em relação às matérias listadas neste Artigo 9.

Parágrafo 1º – Os limites de valores indicados acima serão corrigidos anualmente com base na variação positiva do IPCA.

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto Social, (a) o termo “Partes Relacionadas” significa (i) os fundos de investimento (ou estruturas similares) e/ou as pessoas naturais ou jurídicas que sejam titulares, direta ou indiretamente (inclusive por meio de cotas de fundos de investimento), de participação no capital social da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias; (ii) cônjuge e/ou qualquer ascendente, descendente ou colateral até o quarto grau das pessoas naturais mencionadas no item (i) acima; (iii) qualquer sociedade ou fundo de investimento (ou estrutura similar) que qualquer das partes mencionadas nos itens (i) e (ii) acima controle ou seja titular, direta ou indiretamente, de participação superior a 10% (dez por cento) do capital social ou das cotas (no caso de fundo de investimento); ou (iv) qualquer sociedade ou fundo de investimento (ou estrutura similar) em que as partes mencionadas nos itens (i), (ii) ou (iii) acima exerçam função de empregado, gerente, administrador, consultor, prestador de serviços ou autônomo; e **(b)** o termo “Negócios Principais” significa as atividades, no Brasil, de (i) indústria (incluindo, mas não limitando, fabricação, manufatura, transformação e montagem), logística, distribuição, licenciamento, importação (exceto para uso próprio), exportação e comercialização, no varejo e no atacado, de produtos e equipamentos de saúde, materiais descartáveis, materiais cirúrgicos, materiais clínicos, medicamentos, saneantes, instrumentos, reagentes, produtos têxteis (tecidos e não tecidos), adesivos cirúrgicos, cuidado e higiene da saúde humana para uso médico, cirúrgicos, hospitalares, em clínicas, consultórios médicos e/ou odontológicos e de laboratórios diagnósticos ou para primeiros socorros, cuidado e higiene pessoal; (ii) indústria (incluindo, mas não limitando, fabricação, manufatura, transformação e montagem), logística, distribuição, licenciamento, importação (exceto para uso próprio), exportação e comercialização, no varejo e no atacado, de fitas adesivas industriais; (iii) serviços logísticos e de tecnologia de informação à cadeia de suprimentos de saúde, notadamente hospitais, clínicas, laboratórios farmacêuticos, laboratórios diagnósticos, farmácias e consultórios médicos e odontológicos e a quaisquer de seus fornecedores de insumos.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Diretoria Executiva

Artigo 9º - A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, incluindo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e os demais sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, permitida a reeleição. Expirado o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 1º - O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria deverão observar, no que for aplicável, as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia.

Parágrafo 3º - No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

Parágrafo 5º - Os membros da Diretoria serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões desse órgão.

Artigo 10 - A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais, exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito, emitir e endossar cheques, abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, observadas as matérias que dependem de aprovação prévia, nos termos do Artigo 8º acima.

Parágrafo 1º - Ao Diretor Presidente compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) superintender e dirigir as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria;
- (ii) dirigir e supervisionar as políticas de estratégia organizacional, gerencial e de pessoal da Companhia; e
- (iii) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria.

Parágrafo 2º - Ao Diretor Financeiro compete, além das demais atribuições mencionadas neste Estatuto Social:

- (i) a gestão financeira e do sistema de custos da Companhia;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

- (ii) a elaboração do processo orçamentário, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas pelos acionistas;
- (iii) o controle das obrigações tributárias e fiscais;
- (iv) o planejamento econômico-financeiro, inclusive análise de projetos e investimentos, análise do ambiente macroeconômico e projeções de longo prazo;
- (v) a condução da auditoria interna e a supervisão e envio de informações à auditoria externa; e
- (vi) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais.

Artigo 11 - Sem prejuízo do disposto no Artigo 8º, inciso (xl), a Companhia somente será representada (i) pela assinatura conjunta de dois Diretores; (ii) pela assinatura conjunta de um Diretor e um procurador; (iii) pela assinatura isolada de um Diretor, desde que expressamente e especificamente autorizado pela Assembleia Geral para assinatura de determinados documentos, nos termos de ata de Assembleia Geral lavrada no livro próprio; (iv) pela assinatura isolada de um procurador; e (v) pela assinatura conjunta de dois ou mais procuradores.

Parágrafo Único - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) diretores em conjunto, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

Seção II - Conselho Fiscal

Artigo 12 - O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição (“Conselheiros Fiscais”). O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 13 - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

Parágrafo Único - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros Fiscais presentes.

CAPÍTULO V - EXERCÍCIO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

Artigo 14 - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 15 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia exigidas por lei, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 16 - Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 30% (trinta por cento) na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, (i) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 17 - Os dividendos ou juros sobre o capital próprio serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de deliberação de seu pagamento, prescrevendo o direito ao seu recebimento por parte do acionista que não o exercer, no prazo de 3 (três) anos, a contar da data de início de pagamento de cada dividendo ou juros.

CAPÍTULO VI - LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 18 - A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

23/04/2020

caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 19 - O valor de reembolso das ações, nos casos em que é assegurado em lei, será igual ao valor de patrimônio das ações, apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

Artigo 20 - A Companhia disponibilizará aos seus acionistas, sempre que assim solicitado, acesso a eventuais contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas, acordos de acionistas dos quais a Companhia venha a ser signatária, bem como eventuais programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 21 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 22 - A Companhia deverá observar o Acordo de Acionistas da CM Hospitalar arquivado em sua sede (“Acordo de Acionistas”), devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências ou onerações de ações a qualquer título, e o Presidente da Assembleia Geral deverá abster-se de computar votos contrários aos termos do referido Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme o Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VIII – ARBITRAGEM

Artigo 23 - Todo e qualquer litígio, controvérsia, questão, dúvida ou divergência relativo direta ou indiretamente a este Estatuto Social (“Conflito”), entre a Companhia e seus acionistas, ou entre os acionistas (“Partes Envolvidas”) será resolvida por arbitragem, de acordo com as disposições adiante.

Parágrafo 1º – A arbitragem será conduzida perante e administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (“Câmara”) e será realizada de acordo com as normas procedimentais inseridas no regulamento de arbitragem da CCI em vigor no momento da arbitragem (“Regulamento”).

Parágrafo 2º – O Conflito será decidido por um Tribunal Arbitral composto por 3 (três) árbitros, escolhidos conforme indicado abaixo.

Parágrafo 3º – Cada Parte Envolvida indicará um árbitro. Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo um único árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

Tribunal Arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas. Caso qualquer das partes deixe de indicar árbitro, todos os três árbitros serão indicados pelo presidente da Câmara. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas Partes deixem de nomear o terceiro árbitro, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da Câmara indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida no Regulamento da Câmara em vigor.

Parágrafo 4º – Quaisquer omissões, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara.

Parágrafo 5º – A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde será proferida a sentença arbitral. A língua da arbitragem será o português, e a arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedado o julgamento por equidade.

Parágrafo 6º – Antes da constituição do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a constituição do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, podendo os árbitros, inclusive, rever, manter ou modificar as decisões eventualmente proferidas pelo Poder Judiciário antes da constituição do Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, parágrafo 4º, da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada (“Lei de Arbitragem”).

Parágrafo 7º – As partes elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exclusivamente para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, conforme Parágrafo 6º acima, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Parágrafo 8º – O Tribunal Arbitral deverá proferir sua sentença no Brasil, dentro de 6 (seis) meses do início da arbitragem. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 6 (seis) meses pelo Tribunal Arbitral, desde que justificadamente.

Parágrafo 9º – As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas pelas Partes Envolvidas, não cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020

Parágrafo 10º – Cada uma das Partes Envolvidas arcará, sem direito a ressarcimento ou reembolso pela Parte Envolvida contrária, com os honorários contratuais de seus respectivos advogados.

Parágrafo 11 – Observado o disposto acima, a sentença arbitral fixará honorários de sucumbência e determinará a responsabilidade pelo pagamento dos honorários dos árbitros e das despesas do procedimento arbitral, observados os princípios da sucumbência (total ou parcial), proporcionalidade e razoabilidade.

Parágrafo 12 – As Partes deverão manter em sigilo todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem, mesmo após seu encerramento.

Mesa:

Sr. Leonardo Almeida Byrro
Presidente

Guilherme Fonseca Goulart
Secretário



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

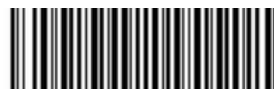
Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

23/04/2020



204382610

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CREMER S.A.
PROTOCOLO	204382610 - 20/04/2020
ATO	019 - ESTATUTO SOCIAL
EVENTO	019 - ESTATUTO SOCIAL

MATRIZ

NIRE 42300016438
CNPJ 82.641.325/0001-18
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/04/2020
SOB N: 20204382610

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 26927536825 - LEONARDO ALMEIDA BYRRO
Cpf: 27928592886 - GUILHERME FONSECA GOULART



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

23/04/2020

Certifico o Registro em 23/04/2020

Arquivamento 20204382610 Protocolo 204382610 de 20/04/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 547312795648089

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/04/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral



CREMER S.A.
CNPJ/MF nº 82.641.325/0001-18
NIRE 42.300.016.438

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: no dia 29 de abril de 2020, às 12h, na sede da CREMER S.A. ("Companhia"), na Rua Iguaçu, 291/363, CEP 89.030-030, Itoupava Seca, na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina.

PRESENÇA E CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei n. 6.404/76, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no livro de presença. Presentes também, os representantes da administração, Srs. Leonardo Almeida Byrro e Guilherme Fonseca Goulart, e o representante da KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria independente contratada pela Companhia, Sr. Geison Luiz Hoepers.

PUBLICAÇÕES E ANÚNCIOS: Demonstrações financeiras e relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2019, publicados nos jornais: **Jornal de Santa Catarina** em 25/04/2020, página 21 e no **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, em 20/04/2020, página 94 e 95. Fica dispensada a publicação dos anúncios de que trata o caput do artigo 133 da Lei das S.A., tendo em vista o disposto no § 4º do referido artigo.

MESA: Leonardo Almeida Byrro, Presidente; Joseane Correia, Secretária.

LEITURA DE DOCUMENTOS: Dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.

ATA EM FORMA DE SUMÁRIO: Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas.

ORDEM DO DIA EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- (i) deliberar sobre as contas dos administradores e o relatório da administração, examinar, discutir, e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

ORDEM DO DIA EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

- (i) deliberar sobre a celebração de Contrato de Mútuo a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de mutuante, e a CM Hospitalar S.A., na qualidade de mutuária, por meio do qual a Companhia emprestará à CM Hospitalar S.A. o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões reais);

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca - SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000
CNPJ Nº 82.641.325/0001-18 – Inscrição Estadual Nº 250.010.992 www.cremer.com.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/05/2020

Arquivamento 20204282551 Protocolo 204282551 de 05/05/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 585606685064108

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYhSCA9HxITZx1le1a&chave2=Ug8cwwspH_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 94821968991-JOSEANE CORREIA



- (ii) deliberar sobre a outorga de mandato pela Companhia para representação perante instituições financeiras; e
- (iii) deliberar sobre a outorga de mandato pela Cremer Administradora de Bens "CAB" para representação perante instituições financeiras.

DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: O acionista decidiu, sem ressalvas ou restrições:

- (i) aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Parecer dos Auditores Independentes;
- (ii) aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor total de **R\$52.096.728,79** (cinquenta e dois milhões, noventa e seis mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos), da seguinte forma: (a) **R\$2.604.836,44** (dois milhões, seiscentos e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos) será destinado para a conta de reserva legal; (b) **R\$32.169.730,03** (trinta e dois milhões, cento e sessenta e nove mil, setecentos e trinta reais e três centavos) para a constituição da reserva de retenção de lucros para investimentos, conforme orçamento de capital apresentado pela administração, ora aprovado e rubricado pelos acionistas, o qual será arquivado na sede da Companhia.; (c) **R\$17.322.162,32** (dezesete milhões, trezentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos) serão pagos à acionista a título de distribuição de dividendos. Os dividendos deverão ser pagos em até 60 (sessenta) dias contados desta data.

DELIBERAÇÕES EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: O acionista decidiu, sem ressalvas ou restrições:

- (i) aprovada, nos termos do Artigo 8º, (xxi) do Estatuto Social da Companhia, a celebração de Contrato Mútuo entre a Companhia, na qualidade de mutuante, e a CM Hospitalar S.A., na qualidade de mutuária, com as seguintes principais características:

- (a) Valor Total: R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (b) Data prevista para celebração: 29 de abril de 2020;
- (c) Data de Vencimento: 31 de outubro de 2020;
- (d) Taxa de Juros: sem incidência de juros; e
- (e) Pré-pagamento: possibilidade de pré-pagamento sem multa ou encargos.

- (ii) nos termos do Artigo 8º, (xl) do Estatuto Social da Companhia, o acionista aprova a outorga de mandato pela Companhia para representação perante instituições financeiras e outros órgãos, com prazo de vigência de 1 (um) ano e vedação expressa ao substabelecimento. Referido mandato deverá ser outorgado substancialmente nos termos do **Anexo I** a esta ata.

- (iii) Aprovada ainda a outorga de instrumento de mandato para a CAB, referido mandato deverá ser outorgado substancialmente nos termos do **Anexo I** desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada a presente ata e por todos assinada. **Assinaturas:** Mesa: Leonardo Almeida Byrro, Presidente; Joseane Correia - Secretária.

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca - SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000
CNPJ Nº 82.641.325/0001-18 – Inscrição Estadual Nº 250.010.992 www.cremer.com.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/05/2020

Arquivamento 20204282551 Protocolo 204282551 de 05/05/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 585606685064108

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

07/05/2020



Acionistas Presentes: CM Hospitalar S.A., representada por Leonardo Almeida Byrro e Guilherme Fonseca Goulart.

Certifico que é cópia fiel da ata original, lavrada nas folhas 62/64 no livro de Atas de Assembleias Gerais nº 7 da Companhia.

Blumenau, 29 de abril de 2020.

Joseane Correia
Secretária

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca - SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000
CNPJ N° 82.641.325/0001-18 – Inscrição Estadual N° 250.010.992 www.cremer.com.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

07/05/2020

Certifico o Registro em 07/05/2020

Arquivamento 20204282551 Protocolo 204282551 de 05/05/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 585606685064108

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral



Anexo I à Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Cremer S.A., datada de 29 de abril de 2020, às 12h00

Termos do Instrumento de Mandato a ser outorgado pela Companhia e pela CAB

Outorgados: RICARDO PEREIRA LIMA, brasileiro, casado no regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 44.024.691-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 310.380.598-52, residente e domiciliado na Rua Bartira, nº 243, Apto. 111, bairro Perdizes, CEP 05009-000, na Cidade de São Paulo – SP; PAULA APARECIDA SANTANA MURATORE, brasileira, solteira, engenheira, portadora da cédula de identidade RG nº 33.727.336-4 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 371.006.928-90, residente e domiciliada na Rua Antônio Gebara, nº 200, bairro Planalto Paulista, CEP 04071-020, São Paulo – SP e; ANGELO GIUSEPE HILLESHEIN, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 2.484.478 SESP/SC, inscrito no CPF/MF nº 702.311.769-53, residente e domiciliado na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 264, bairro Garcia, Blumenau/SC; NILSON SCHLEMPER, brasileiro, casado, Gerente Fiscal, portadora da cédula de identidade RG nº 1.034.041-6 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 399.690.709-59, residente e domiciliado na rua Marechal Deodoro, 333 - apto 1602, bairro Velha, CEP 89.036-301, Blumenau – SC. Todos pertencentes ao GRUPO A e CIBELE DOS SANTOS ALMEIDA LONGO, brasileira, casada, supervisora financeira, portadora da cédula de identidade RG nº 46.049.585-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 331.601.668-64, residente e domiciliada na Rua Francisco Evangelista, nº 230, Torre 6, Apto. 36, bairro Jd. São José, CEP 14098-040, na cidade de Ribeirão Preto – SP; VAGNER APARECIDO BRANDI, brasileiro, casado, coordenador de crédito e cobrança, portador da cédula de identidade RG nº 22.673.053 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 137.425.728-14, residente e domiciliado na Avenida Maria de Jesus Condeixa, nº 655, Bloco 03, Apto. 305, bairro Jd. Palma Travassos, CEP: 14091-230, Ribeirão Preto – SP, GRACIANE XAVIER, brasileira, solteira, coordenadora de contas a pagar, portadora da cédula de identidade RG nº 4.461.067 SESP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº 037.382.679-64, residente e domiciliado na Alfredo Balistieri, nº 122, bairro velha, CEP: 89040.502, Blumenau – SC. Todos pertencentes ao GRUPO B, aos quais conferem poderes únicos e específicos para, em conjunto, 1) quaisquer dois procuradores do GRUPO A; 2) em conjunto, um procurador do GRUPO A e um procurador do GRUPO B; ou ainda 3) um procurador do GRUPO A ou B em conjunto com um diretor Financeiro das Outorgantes, observado o limite de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais): assinar contratos NCE (Notas de Crédito a Exportação), CCE (Cédulas de Crédito a Exportação), ACC (Adiantamento sobre Contrato Câmbio), PPE (Pre Pagamento de Exportação) e assinar Contratos e Cédulas de Crédito Rural (FGPP), por transação: movimentar todas as contas correntes de titularidade das Outorgantes abertas ou que eventualmente sejam abertas até fim da vigência do mandato, podendo, para tanto, abrir contas de depósito, autorizar débito em conta relativo a operações; retirar cheques devolvidos; sustar/contra-ordenar cheques, Abrir conta corrente e encerrar conta corrente, emitir cheques, cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico ou não; efetuar transferências por meio eletrônico ou não; efetuar aplicações financeiras por meio eletrônico ou não; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; consultar obrigações do débito direto autorizado; assinar contratos referente a contratação de convênio de serviços; fazer retiradas mediante recibos; autorizar débitos; transferências e pagamentos, inclusive por meio de cartas, receber importâncias devidas as Outorgantes assinando os necessários recibos e dando quitação, comprar e vender cambiais,

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca - SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000
CNPJ Nº 82.641.325/0001-18 – Inscrição Estadual Nº 250.010.992 www.cremer.com.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/05/2020

Arquivamento 20204282551 Protocolo 204282551 de 05/05/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 585606685064108

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

07/05/2020



assinar contratos de câmbio, contratos de abertura de cartas de créditos e documentos relacionados, descontar, caucionar e entregar para cobrança bancária duplicatas de faturas, assinar autorização de débito e crédito em carta perante os bancos e demais documentos, prestar garantias, solicitar saldos, extratos de contas e requisitar talões de cheques para uso das Outorgantes, podendo acessar endereço eletrônico de bancos para efetuar as citadas transações, aprovar aplicações financeiras, assinar contratos de financiamento a importação e cessão de recebíveis aos bancos, assinar correspondência das Outorgantes instruindo títulos de crédito, autorizar abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos e instrumentos de protestos; e observado o limite de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), por transação, para pagamento de salários e obrigações do Recursos Humanos como férias, rescisões, etc, dos funcionários das Outorgantes; observado o limite de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por transação, para transferências realizadas entre contas de mesma titularidade e CNPJ/MF das Outorgantes; podendo mais assinar documentos relacionados a atualização cadastral junto as instituições financeiras e aprovação de aplicações financeiras conforme política de aplicações das Outorgantes; representar as Outorgantes perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais, Departamentos Militares e Autarquias, INSS Instituto Nacional do Seguro Social e órgãos relacionados, Alfândegas, Ministério da Economia, Fazenda, Planejamento e seus departamentos, Secretaria da Receita Federal e suas superintendências, inspetorias, delegacias, administrações portuárias de todos os portos brasileiros, Empresas Brasileira de Infraestrutura Aeroportuárias INFRAERO, Superintendência Nacional da Marinha Mercante SUNAMAM, Capitâneas dos Portos, Secretarias da Fazenda ou Finanças dos Estados e Municípios, seus órgãos e departamentos, companhias de navegação marítima e aérea, companhias de seguro, consulados estrangeiros, Carteiras de Comércio Exterior e de Câmbio de quaisquer bancos, suas agências, subagências, SECEX Serviço de Comércio Exterior e a Carteira de Registro e Controle Cambial do Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas superintendências, podendo assinar e endossar correspondências relativos a registro de cobrança de importação e exportação SAQUE, livros e papéis fiscais, guias, requerimentos, faturas comerciais e declarações em geral relativas a importação e exportação, assinando e requerendo inclusive certificados, borderôs, conhecimento de embarque e termos de responsabilidade. Os outorgados comprometem-se a cumprir rigorosamente a legislação vigente, em especial a Lei 12.846/2013, “Lei Anticorrupção” e quaisquer Decretos, Leis Estaduais ou Municipais que regularem a matéria “Anticorrupção”, bem como o Código de Conduta e Política Anticorrupção do Grupo Mafra. O presente mandato é válido pelo prazo de 12 (doze) meses a contar desta data, ou com o término do vínculo contratual, caso este ocorrer antes do prazo deste mandato. Vedado substabelecimento.

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca - SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000
CNPJ Nº 82.641.325/0001-18 – Inscrição Estadual Nº 250.010.992 www.cremer.com.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

07/05/2020

Certifico o Registro em 07/05/2020

Arquivamento 20204282551 Protocolo 204282551 de 05/05/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 585606685064108

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral



204282551

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CREMER S.A.
PROTOCOLO	204282551 - 05/05/2020
ATO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
EVENTO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 42300016438
CNPJ 82.641.325/0001-18
CERTIFICO O REGISTRO EM 07/05/2020
SOB N: 20204282551

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 94821968991 - JOSEANE CORREIA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/05/2020

Arquivamento 20204282551 Protocolo 204282551 de 05/05/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 585606685064108

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/05/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

07/05/2020



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4BIXO78PLKXX1XTWfM7TA&chave2=Ug8cwwspH_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 94821968991-JOSEANE CORREIA

CREMER S.A.
CNPJ nº 82.641.325/0001-18
NIRE 42300016438
("Companhia")

Ata de reunião do Conselho de Administração
Realizada em 09 de dezembro de 2019

Data, Hora e Local. 09 de dezembro de 2019, às 13h00m, reunidos por conferência telefônica, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social.

Convocação e Presença: Devidamente convocados, presentes os membros do Conselho de Administração.

Mesa: Leonardo Almeida Byrro, Presidente; Joseane Correia, Secretária.

Ordem do Dia e deliberações: Foi aprovado unanimemente pelos Conselheiros:

- (i) a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, conforme a seguir:
- a) **LEONARDO ALMEIDA BYRRO**, brasileiro, engenheiro elétrico, nascido em 23/01/1980, casado por regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF sob o n.º 269.275.368-25, portador da Cédula de identidade nº 20.477.845-1, expedida pela SSP/SP, com endereço profissional em Blumenau/SC, na rua Iguaçu, nº 444, Itoupava Seca, CEP 89030-030, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia;
 - b) **GUILHERME FONSECA GOULART**, brasileiro, contador, nascido em 08/09/1979, Divorciado em união estável, inscrito no CPF sob nº. 279.285.928-86, portador da Cédula de Identidade nº. 293.319-39-X, expedida pela SSP/SP, com endereço profissional em Blumenau/SC, na rua Iguaçu, nº 444, Itoupava Seca, CEP 89030-030, para ocupar o cargo de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**;
 - c) **ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO**, brasileiro, administrador de empresas, nascido em 10/12/1979, casado por regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF/MF nº 305.213.538-40, portador da Cédula de identidade nº 27.602.378-x, expedida pela SSP/SP, com endereço profissional em Blumenau/SC, na rua Iguaçu, nº 444, Itoupava Seca, CEP 89030-030, para o cargo de **Diretor de Marketing e Novos Negócios**;
 - d) **RENAN DE ALMEIDA HERVELHA**, brasileiro, Administrador de Empresas, nascido em 22/08/1984, casado por regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob nº. 333.637.448-03, e portador da Cédula de Identidade nº. 43528434, expedida pela SSP/SP, com endereço profissional na rua Ministro Jesuino Cardoso, nº. 454, 4º andar, Edifício The One – Faria Lima, Conjunto 43, Vila nova Conceição, CEP 04544-051 São Paulo/SP, para ocupar o cargo de **Diretor Comercial**.
- (ii) Todos os diretores foram reeleitos com prazo de gestão até a AGO que irá examinar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021. Os Conselheiros designam

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca – SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000 - Fax: (47) 2123-8100
CNPJ N° 82.641.325/0001-18
www.cremer.com.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/01/2020

Arquivamento 20194984125 Protocolo 194984125 de 02/01/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 288802846204747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/01/2020 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício



03/01/2020



GUILHERME FONSECA GOULART, para desempenhar as funções estabelecidas no parágrafo 1º do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, bem como representar a sociedade perante a Receita Federal do Brasil. Ficou consignado que os diretores preenchem as condições de elegibilidade previstas no artigo 147 da Lei 6.404/76 e serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse. Tendo em vista a presente deliberação, a Diretoria da Companhia, fica assim constituída: **Leonardo Almeida Byrro**, (Diretor Presidente); **Guilherme Fonseca Goulart**, (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores); **André Augusto Spicciati Pacheco** (Diretor de Marketing e Novos Negócios); **Renan de Almeida Hervilha** (Diretor Comercial);

- (iii) fica autorizada a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à implantação das matérias aqui aprovadas.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, e não havendo manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada por todos, que a assinam oportunamente.

Conselheiros Presentes: Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro; Thayan Nascimento Hartmann; e, Leonardo Almeida Byrro.

Certidão: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia nº. 08, folhas 97/98.

Joseane Correia
Secretária

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca - SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000 - Fax: (47) 2123-8100
CNPJ N° 82.641.325/0001-18
www.cremer.com.br



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 03/01/2020

Arquivamento 20194984125 Protocolo 194984125 de 02/01/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 288802846204747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/01/2020 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

03/01/2020



194984125

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CREMER S.A.
PROTOCOLO	194984125 - 02/01/2020
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

NIRE 42300016438
CNPJ 82.641.325/0001-18
CERTIFICO O REGISTRO EM 03/01/2020
SOB N: 20194984125

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 94821968991 - JOSEANE CORREIA



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

03/01/2020

Certifico o Registro em 03/01/2020

Arquivamento 20194984125 Protocolo 194984125 de 02/01/2020 NIRE 42300016438

Nome da empresa CREMER S.A.

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 288802846204747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/01/2020 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício



JUCESC 0408

CREMER S.A.
CNPJ nº 82.641.325/0001-18
COMPANHIA ABERTA
NIRE nº 42300016438

Ata de Reunião da Diretoria
realizada em 21 de dezembro de 2011

Data, hora e local: 21 de dezembro de 2011, às 08h00min, na sede social da Companhia, na Rua Iguaçu, nº 291/363, bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC, CEP 89.030-030 e por conferência telefônica, na forma do artigo 27 do Estatuto Social.

Presença: Totalidade dos membros da Diretoria.

Mesa: José Alexandre Carneiro Borges, Presidente; Joseane Correia, Secretária.

Convocação: Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros da Diretoria.



Ordem do dia e deliberações: Debatida a matéria, os diretores aprovaram por unanimidade, alterar o endereço da filial mantida na cidade de Navegantes/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.641.325/0043-77, Inscrição Estadual nº 256108463 e NIRE nº 42900893294, da BR-470, KM 3, esquina com a Rua João Pedro de Souza, s/nº, Módulo A, bairro São Domingos II na cidade de Navegantes/SC, CEP 88.375-000, para o seguinte: Rua Bertolina May Kechele, nº 125, bairro Mulde na cidade de Indaial/SC, CEP 89.130-000, a partir de 17 de fevereiro de 2012.

Suspensão dos trabalhos e lavratura da ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que foi lida, aprovada e assinada.

Diretores Presentes: José Alexandre Carneiro Borges; Paulo Roberto de Oliveira Andrade; Rafael Salvador Grisolia; Francisco de Assis de Medeiros.

Certidão: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas da Diretoria, livro nº 02, fl. 51.


Joseane Correia
Secretária

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/01/2012 SOB Nº: 20113768125 Protocolo: 11/376812-5, DE 21/12/2011 Empresa: 42 3 0001643 8 CREMER S.A. -
 BLASCO BORGES BARCELLOS SECRETÁRIO GERAL	

Rua Iguaçu, 291/363 – Itoupava Seca - SC – CEP 89030-030 – Blumenau – SC – Tel: (47) 2123-8000 - Fax: (47) 2123-8100
Avenida das Nações Unidas, 4.777 - 18º andar – CEP 05477-902 – São Paulo – SP – Tel: (11) 2102-8000 – Fax: (11) 2102-8088
CNPJ Nº 82.641.325/0001-18 – Inscrição Estadual Nº 250.010.992
Teleendas: (Hospitalar e Varejo) 0800 701 3080 – (Odonto) 0800 727 7565 - SAC 0800 727 5522 – www.cremer.com.br





JUCESC 1383

CREMER S.A.

CNPJ nº 82.641.325/0001-18

NIRE 42300016438

CVM 02014-1



COMPANHIA ABERTA

Ata de Reunião da Diretoria
realizada em 28 de abril de 2010

Data, hora e local: 28 de abril de 2010, às 18h, na sede social da Companhia, na Rua Iguaçu, nº 291/363, bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC, CEP 89.030-030.

Presença: totalidade dos membros da diretoria.

Mesa: José Alexandre Carneiro Borges, Presidente; Ricardo Palazzo de Almeida Barros, Secretário.

Convocação: dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros da Diretoria.



Ordem do dia e deliberações por unanimidade: os diretores aprovaram a abertura de filial da Companhia na cidade de Navegantes/SC, na BR-470, KM 3, esquina com a Rua João Pedro de Souza, s/nº, bairro São Domingos II, CEP 88.375-000, que terá por objeto a exploração do comércio de produtos têxteis (tecidos e não tecidos), cirúrgicos, hospitalares, adesivos cirúrgicos e industriais, cosméticos, de perfumaria e higiene, comércio de medicamentos, de saneantes e de produtos de uso veterinário, além de prestação de serviços e a fabricação e importação de equipamento de proteção individual (EPI).

Suspensão dos trabalhos e lavratura da ata: Oferecida a palavra aos participantes, ninguém se manifestou. Foram então encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos, que a assinam oportunamente.

Diretores Presente: José Alexandre Carneiro Borges; Luiz Antonio Sacco; Paulo Roberto de Andrade; Rafael Salvador Grisolia.

Certidão: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas da Diretoria, livro nº 02, fl. 30.


Ricardo Palazzo de Almeida Barros
Secretário

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 12/05/2010 SOB Nº: 20101361637 Protocolo: 10/136163-7, DE 04/05/2010 Empresa: 42 3 0001643 8 CREMER S.A. -
 MONIQUE OLINGER PHILIPPI SECRETÁRIA GERAL	

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

RENAN DE ALMEIDA HERVELHA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
43528434 SSP/SP

CVE
333.637.448-03

DATA NASCIMENTO
22/08/1984

FILIAÇÃO
FABIO DEL PAPA HERVELH
A
DENISE DE TOLEDO ALMEI
DA HERVELHA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
02571416304

VALIDADE
23/03/2023

1ª HABILITAÇÃO
17/10/2002

OBSERVAÇÕES

LOCAL
SOROCABA, SP

DATA EMISSÃO
24/03/2018

Assinatura do Emissor
Maxwell Borges de Moura Viana Diretor Presidente do Detran-SP
Assinatura Eletrônica
42732747125
SP894531417

SÃO PAULO

DETRAN CONTRAN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1588183457

PROIBIDO PLASTIFICAR
1588183457



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 40290809206340977375-1
Data: 08/09/2020 11:16:26
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKL58829-GDAG;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CREMER SA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia reproduzida, sendo da empresa CREMER SA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/09/2020 16:18:17 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CREMER SA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 40290809206340977375-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b236a7460291592e479f9c2a80642b38a8b7a4ade993ba5419dfa1883f7c74f704dee5befad69bb261b82379499
2aa885015e31933548461020e2ba448e85995e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: GUILHERME FONSECA GOULART

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF: 29331939 SSP/SP

CPF: 279.285.928-86 DATA NASCIMENTO: 08/09/1979

FILIAÇÃO: JOSE LAURO GOULART
MARIA ANTONIETA FONSECA GOULART

PERMISSÃO: B NCC: B CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 02548183940 VALEADE: 25/08/2022 1ª HABILITAÇÃO: 03/11/1997

OBSERVAÇÕES: A
EAR

LOCAL: SÃO PAULO, SP DATA EMISSÃO: 25/08/2017

ASSINATURA DO PORTADOR: [assinatura]

ASSINATURA DO EMISSOR: [assinatura]

45809531202
67668248889

SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1508922260

PROIBIDO PLASTIFICAR 1508922260

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/40292402219716891553>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 40292402219716891553-1
Data: 24/02/2021 09:37:44
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALE59437-ZPSB;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 09:43:44 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CREMER SA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CREMER SA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a CREMER SA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **08/03/2021 09:42:27 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa CREMER SA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 40292402219716891553-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b100ff17a6b36ad7642954c2fd974ed5f80ddbc8f068a0a821b7d8e0ed366fdedb51f2bcf0a662a5f9c5165ea3266ff94015e31933548461020e2ba448e85995e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ANDRÉ AUGUSTO SPICCIATI PACHECO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA
27502378 SSP SP

CPF
305.213.538-40

DATA NASCIMENTO
10/12/1979

FILIAÇÃO
CLAUDIO ROBERTO DE FREITAS PACHECO
REGINA CELIA SPICCIATI PACHECO

PERMISSÃO
ACC
CAT: AB

Nº REGISTRO
02726179849

VALIDADE
09/10/2024

1ª HABILITAÇÃO
23/12/1997

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BLUMENAU, SC

DATA DE EMISSÃO
31/10/2019

ASSINATURA DO EMISSOR
Sandra Mara Pereira
Diretora Estadual de Trânsito

08155183196
SC149797729

SANTA CATARINA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1922940389

PROIBIDO PLASTIFICAR
1922940389

DFACALAP MINCEES GOV BR MT MS MG PR PB PA PE RJ RS RR SC SE SP

DE NATRAN CONTRAN

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/40292906217667874123>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 40292906217667874123-1
Data: 29/06/2021 15:41:19
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALS15784-UIZ3;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em terça-feira, 29 de junho de 2021 15:48:25 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CREMER SA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CREMER SA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a CREMER SA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/07/2021 10:03:40 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa CREMER SA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 40292906217667874123-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b36bfaa09829adff0b3d595d9d8bd152ec536a03f6fdae88b99b32e763c60373d1409ef72e8ab7e2e3672fee56b9dad6f015e31933548461020e2ba448e85995e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1537163100

PROIBIDO PLASTIFICAR
1537163100

NOME
LEONARDO ALMEIDA BYRRO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
20477845 SSP/SP

CPF
269.275.368-25

DATA NASCIMENTO
23/01/1980

FILIAÇÃO
ALUIZIO BRETAS BYRRO

MARIA HELENA ALMEIDA B
YRRO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
02726966520

VALIDADE
29/11/2022

1ª HABILITAÇÃO
27/03/1998

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
29/11/2017

68916002491
SP879698268

SÃO PAULO

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/40292906217983769013>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 40292906217983769013-1
Data: 29/06/2021 15:23:38
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALS15768-AFEX;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevedo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em terça-feira, 29 de junho de 2021 15:24:37 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CREMER SA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CREMER SA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a CREMER SA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **01/07/2021 09:59:26 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa CREMER SA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 40292906217983769013-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b36bfaa09829adff0b3d595d9d8bd152eba455ed4516587f0608d56783071908b431684b9da268d795d586ef3ec4278ed015e31933548461020e2ba448e85995e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

